

## A Indústria 4.0 e o Polo industrial de Manaus! Parte I

Nilson Pimentel (\*)

Publicado no JCAM em 22/março/2019

Para alguns economistas, o atual cenário político da gestão pública do Amazonas, apresenta-se precário, não obstante, não basta somente romper a casta dominante da política amazonense, mas apresentar as reais condicionantes possíveis de alteração do modelo de gestão implantado nesses últimos 40 anos, e para tanto, o atual governo deverá adotar o Planejamento Econômico Estratégico o qual poderá indicar as possibilidades de implementação novos programas e projetos de desenvolvimento econômico regional.

Contudo, há de se ter alguma discordância quanto as especificações de programas e projetos pelo governo estadual, quanto as metodologias de abordagem de determinados aspectos econômicos, como a dispersão de foco econômico, análise de riscos e estratégias que afetam a implementação, a atração de investimentos produtivos diretos e a própria gestão dos projetos, que impactam nas dificuldades que derrotam os projetos em por em marcha.

Para os pesquisadores do Clube de Economia da Amazônia (CEA) as questões que tornam falhas e inconsistentes os projetos de governo para desenvolvimento regional, são as questões técnicas que são utilizados de forma incorretas, por exemplo: criação de emprego e geração de renda são fatores intrínsecos a peça econômica e não objetivos finais, dentre outros, sendo que essa acontecimento de conceituação na elaboração e abordagem, é resultante decorrente da implementação do projeto e, não se trata de matriz econômica e nem de cadeia produtiva.

Assim, não se pode relacionar à questão de matriz econômica, pois esta, é uma metodologia macroeconômica (a teoria descritiva de Michael Kalecki e o estabelecimento descritivo da matriz inter-industrial de insumo produto, elaborada por Leontiev) a qual identifica os diversos fatores de produção por origem e suas interconvergências e não a utilização de algum potencial natural com possibilidades de aproveitamento produtivo econômico.

Trata-se desse tema, tendo em vista que existem condicionantes para que o governo estadual implemente um novo modelo de gestão pública no Amazonas, voltado principalmente às questões do Desenvolvimento Econômico Regional, pois existe toda gama de conhecimentos das potencialidades regionais, tecnologias inovativas já são conhecidas, formas de atração de investimentos produtivos diretos, e demais fatores concorrentes para consecução de resultados positivos, que são considerados numa abordagem de fatores endógenos, não pode o governo estadual querer inventar o óbvio daquilo que, inclusive, já foi tentado em passado recente.

Alguns sinais de alterações nas manufaturas industriais atuais dão abertura de transformações que contribuem ao modelo de desenvolvimento endógeno, pois materiais, produtos inatura da economia regional deixaram de exercer um papel secundário para os projetos de desenvolvimento regional e passou a representar um papel ativo tanto no que se refere às decisões tomadas em relação ao seu destino como a utilização de seus próprios recursos.

Para o pessoal do CEA, torna-se necessário superar a forma centralizadora de tomada de decisões e estabelecer sistemas de cooperação que considerem tanto as diferenças entre as nove sub-regiões amazonenses como as preferências dos grupos sociais envolvidos (os stakeholders), pois são essas preocupações fundamentais para o

alcance da eficiência, eficácia e efetividade de qualquer projeto de desenvolvimento regional local.

Portanto, para se decidir, politicamente, pela modelagem para o processo de desenvolvimento endógeno, implicando em uma tendência geral para sistemas de gestão mais *flexíveis*, mais *horizontais* e mais *democráticos*, muito mais voltados para *redes horizontais interativas* do que para a tradicional pirâmide burocrática, como está atualmente, se tem a vencer aos seguintes determinantes:

- a) 1ª etapa: Estruturação do inconformismo, que consiste na estruturação do inconformismo em relação aos problemas socioeconômicos e às potencialidades não mobilizadas;
- b) 2ª etapa: Processo de diagnose, que consiste no levantamento de informações técnicas-econômicas e políticas quanto às razões e causas dos problemas destacados na primeira etapa, por meio de audiências de debates como os diversos atores locais regionais. O objetivo é sensibilizar e conscientizar as comunidades locais quanto ao que deve ser feito, além de identificar o conjunto de oportunidades, ameaças e riscos envolvidos no projeto total;
- c) 3ª etapa: Construção da agenda de mudanças através de instrumentos disponíveis e consultas às lideranças é possível elaborar um plano de trabalho de mudanças;
- d) 4ª etapa: Elaboração do plano de mudanças no plano de mudanças deve conter toda a consistência técnica-econômica envolvida e o processo de negociação; e
- e) 5ª etapa: Processo de implementação que engloba um corpo gestor do projeto e o conselho consultivo para implementação do projeto.

Quanto as questões de ameaças ao projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) e seu Polo Industrial de Manaus (PIM) sempre foram tratadas com ações corretivas, nada se fez ou se faz com ações preventivas e os economistas do CEA tratam a adoção do Processo Produtivo Básico (PPB) como o principal entrave ao crescimento econômico do projeto, pois inibiu toda atração de investimentos produtivos externos livres, tendo em vista a imensa burocracia estabelecida por leis, decretos e portarias do governo federal, que estabelecem condicionantes e normas exdrúxulas, as quais demanda tempo demais do GT-PPB/MDIC/MCT para se estabelecer aprovado um PPB, e algumas vezes acontece que aquela tecnologia de produto ou processo já se alterou, levando muitas vezes o investidor desistir do aporte na ZFM/PIM.

Por outro lado, as questões prementes da Indústria 4.0, as quais certamente causarão impactos nos mercados de produtos e de trabalho consistindo na criação de novos modelos de negócios, com mercados cada vez mais exigentes, e que muitas empresas já procuram integrar ao produto às necessidades e preferências específicas de cada cliente.

A customização prévia do produto por parte dos consumidores tende a ser uma variável a mais no processo de manufatura produtiva, também, provocando ruptura por esse tipo de Indústria será a pesquisa e desenvolvimento nos campos de segurança em T.I, a confiabilidade da produção e interação máquina-máquina.

Sendo assim, o impacto no mercado de trabalho será inexorável, os profissionais também precisarão se adaptar, pois com fábricas ainda mais automatizadas novas demandas surgirão enquanto algumas deixarão de existir.

Os processos produtivos serão mais acentuados em intensidade de capital e em conhecimentos. Por outro lado, as demandas em pesquisa e desenvolvimento oferecerão oportunidades para profissionais altamente capacitados em tecnologias convergentes, com formação multidisciplinar para compreender e trabalhar com a variedade de tecnologia que compõe uma fábrica inteligente.

No Amazonas as academias precisam despertar para essa realidade, pois continuar em desconexão com esses mercados provocará um acentuado atraso na entrada dessas tecnologias na ZFM/PIM.

(\*) *Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário:*

*nilsonpimentel@uol.com.br.*